**SUMÁRIO**

[1. Objetivo - 2 -](#_Toc492825304)

[2. Aplicação e Abrangência - 2 -](#_Toc492825305)

[3. Documentos de Referência e Complementares - 2 -](#_Toc492825306)

[4. Definições - 3 -](#_Toc492825307)

[5. Autoridade e Competências - 5 -](#_Toc492825308)

[6. Descrição - 6 -](#_Toc492825309)

[6.1. Descrição Geral do Processo - 6 -](#_Toc492825310)

[6.2. Validações e Cálculos do SGPP - 7 -](#_Toc492825311)

[6.3. Procedimento de Contratação do AC - 8 -](#_Toc492825312)

[6.4. Procedimento de Gestão dos Contratos para Comercialização do Petróleo - 10 -](#_Toc492825313)

[6.5. Monitoramento do Processo - 17 -](#_Toc492825314)

[6.6. Prazos - 18 -](#_Toc492825315)

[7. Índice de Revisões - 20 -](#_Toc492825316)

[8. Anexos - 21 -](#_Toc492825317)

[8.1. Anexo I - Padrão de Processo - 21 -](#_Toc492825318)

[8.2. Anexo II - Matriz de Papéis e Responsabilidades - 23 -](#_Toc492825319)

[8.3. Anexo III - Indicadores de Performance do Processo - 25 -](#_Toc492825320)

[8.4. Anexo IV - Mapa de Interface dos Processos - 26 -](#_Toc492825321)

[8.5. Anexo V - Cronograma Base de Comercialização - 27 -](#_Toc492825322)

1. **Objetivo**

O objetivo geral deste procedimento é detalhar e padronizar as atividades, entradas, saídas e interfaces do processo de Gestão dos Contratos para Comercialização de petróleo, que inclui a Contratação do Agente Comercializador (AC) e o Acompanhamento, Monitoramento e Auditoria dos Contratos para Comercialização do Petróleo proveniente dos Contratos de Partilha da Produção (CPPs) e Acordos de Individualização da Produção (AIPs) de forma que o processo seja executado pelas áreas técnicas seguindo as métricas estabelecidas nesses contratos.

1. **Aplicação e Abrangência**

Este procedimento se aplica à gestão dos contratos para comercialização de petróleo provenientes de todos os CPPs e AIPs e tem como insumos os processos de Cálculo do Excedente em Óleo da União e de EGV, além das ‘Planilhas de Controle de Volume de Óleo dos Consorciados por FPSO e Programação de Embarque’, apresentadas pelo Operador, de acordo com os termos dos Lifting Agreements (LA) correspondentes a cada FPSO. Visa cumprir a obrigação legal e contratual da Pré-Sal Petróleo prevista nas leis, decretos, CPPs, AIPs e na Política de Comercialização aprovada pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética). O sistema de suporte a esse processo será o Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção (SGPP).

1. **Documentos de Referência e Complementares**

* Procedimento de Governança da Pré-Sal Petróleo para Contratos de Partilha da Produção (PG.DGC.001)
* Sugestão de Modelo de Governança proposto pela KPMG
* Política de Comercialização de Petróleo e Gás Natural da União (Resolução CNPE)
* Contratos de Partilha de Produção em vigor
* Lifting Agreements definidos para cada FPSO
* Acordos de Individualização da Produção (assinados) e seus Anexos
* Modelo de Ordem de Transferência de Propriedade
* Contrato de Confidencialidade
* Lei nº 12.351/2010
* Lei nº 12.304/2010
* Decreto nº 8.063/ 2013
* Resolução do CNPE nº 12/2016 – DOU 24/03/2017

1. **Definições**

| **Sigla** | **Descrição** |
| --- | --- |
| AC | Agente Comercializador |
| AIP | Acordo de Individualização da Produção |
| ANP | Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis |
| BL | *Bill of Lading* |
| CA | Conselho Administrativo da Pré-Sal Petróleo |
| CACP | Coordenação de Acompanhamento e Controle da Produção |
| CNPE | Conselho Nacional de Política Energética |
| CPP | Contrato de Partilha da Produção |
| DE | Diretoria Executiva da Pré-Sal Petróleo |
| FOB | *Free On Board* |
| FPSO | *Floating Production Storage and Offloading* |
| GCCF | Gerência de Controle, Contábil e Finanças |
| GRU | Guia de Recolhimento da União |
| LA | *Lifting Agreement* |
| MME | Ministério de Minas e Energia |
| RAC | Receita Advinda da Comercialização |
| SCP | Superintendência de Comercialização da Produção |
| SELIC | Sistema Especial de Liquidação e de Custódia |
| SGPP | Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção |

* 1. AC (Agente Comercializador): responsável por desenvolver as atividades de comercialização, traçando estratégias de curto, médio e longo prazo, suportadas por um contrato previamente assinado com a Pré-Sal Petróleo.
  2. AIP: Acordo de Individualização da Produção, procedimento que visa à divisão do resultado da produção e ao aproveitamento racional dos recursos naturais da União, por meio da unificação do desenvolvimento e da produção relativos à jazida que se estenda além do bloco concedido ou contratado sob o regime de partilha de produção.
  3. Cargas combinadas: Caso detenha petróleo no campo objeto da comercialização, o AC deverá comercializar o petróleo da União preferencialmente em cargas combinadas com o petróleo de sua propriedade. No caso de o AC possuir diversos carregamentos no Campo, a programação dos embarques deverá considerar que todos os carregamentos de petróleo próprio do AC sejam combinados com petróleo da União. Desta forma, todas as cargas serão combinadas com volume da União e do AC.
  4. CPP: Contrato de Partilha de Produção, onde a propriedade do recurso permanece sob o poder da União e a empresa Operadora é contratada para explorar e produzir petróleo e gás natural, tendo como retorno uma parcela da produção.
  5. Desembaraço aduaneiro: processo de liberação do óleo pela alfândega para a entrada ou saída no país (importação ou exportação).
  6. Faixa de carregamento: período de dias em que o navio responsável pelo alívio na plataforma tem que estar disponível para fazer a operação de carregamento.
  7. Modalidade de venda: O Petróleo da União será sempre vendido em base FOB FPSO.
  8. Período de Precificação do Petróleo: O período de formação de preço de transferência de propriedade da União ao AC será o mês de carregamento - mês em que ocorrer o *Bill of Lading* (“BL”) - adotando-se, para o preço do Brent datado, a média aritmética das cotações médias de todos os dias do mês de carregamento em que houver publicação no Platt´s.
  9. Petróleo de Referência: Na transferência de propriedade da União ao AC, as fórmulas de preço deverão adotar o Brent datado como referência de preço, conforme publicado no *Platts Crude Oil Marketwire.*
  10. Preço de transferência de propriedade em base FOB FPSO da União ao AC será dado pela fórmula:

Preço FOB FPSO = preço DES ou CIF (ou outra modalidade) – custo logístico – remuneração do AC

* 1. Preço FOB *(Free On Board*): O vendedor entrega as mercadorias desembaraçadas para exportação, no momento em que transpõem a flange de entrada do navio aliviador. A partir daí, as despesas são por conta do importador/comprador.
  2. RAC – Receita Advinda da Comercialização: receita obtida através do preço venda do óleo subtraído de tributos e custos inerentes da Comercialização, multiplicado pelo volume de óleo vendido.
  3. SGPP: Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção planejado para atender ao gerenciamento dos contratos de partilha e de comercialização de petróleo e gás natural.
  4. Situação em que o AC vende o petróleo ao cliente final na modalidade FOB FPSO é dado pela seguinte fórmula:

Preço FOB FPSO = preço de venda FOB pelo AC ao cliente final – Remuneração do AC – Custo Logístico (Inspeção Independente) – Tributos.

1. **Autoridade e Competências**
   1. **Aprovação e Atualização**

A versão inicial e as revisões desse documento devem ser aprovadas conforme a Estrutura de Comitês de Governança prevista no Modelo de Governança dos Processos. As revisões no procedimento e nos fluxogramas dos processos de Gestão dos Contratos para Comercialização e Contratação do AC deverão ser realizadas simultaneamente e de acordo com o Ciclo de Revisão dos Processos, visando incorporar melhorias e novos sistemas, atender às políticas, diretrizes e padrões da empresa, deliberações da Diretoria, além de leis, decretos, políticas de comercialização e resoluções da ANP.

* 1. **Responsáveis pela Execução**

O processo de Comercialização foi estruturado de forma que a Pré-Sal Petróleo seja responsável pela transferência de propriedade do petróleo da União para o AC, na modalidade FOB FPSO, agindo como representante da União.

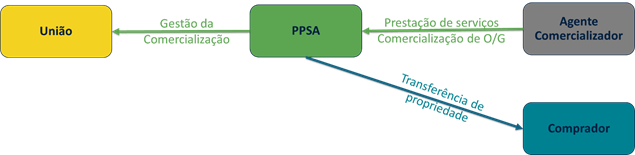


Figura 1: Modelo de Negócio para Comercialização

Os responsáveis pela execução são colaboradores nas áreas técnicas e administrativas indicados para analisar as informações recebidas, identificar não conformidades e propor ações corretivas, de acordo com as atribuições, papéis e responsabilidades dos processos referentes a esse procedimento, detalhados no Anexo II deste documento.

1. **Descrição**
   1. **Descrição Geral do Processo**

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.063 de 01 de agosto de 2013 e pela Lei nº 12.304 de 02 de agosto de 2010, compete à Pré-Sal Petróleo realizar as seguintes atividades relacionadas ao macroprocesso de Gestão dos Contratos para Comercialização de Óleo e Gás:

1. Celebrar os contratos com agentes comercializadores, representando a União;
2. Verificar o cumprimento, pelos contratados, da política de comercialização de petróleo e gás natural da União; e
3. Monitorar e auditar as operações, os custos e os preços de venda de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

Os processos que compõe o macroprocesso de Gestão dos Contratos para Comercialização de Óleo e Gás estão descritos a seguir:

* Contratação do Agente Comercializador (AC) que contempla as seguintes etapas, de forma geral:
* Definição dos parâmetros do contrato a serem seguidos pelo AC;
* Contratação direta da Petrobrás ou licitação para contratação do AC; e
* Gestão dos Contratos para Comercialização contempla as seguintes etapas:
* Recebimento de áreas internas (Pré-Sal Petróleo) e/ou do Operador da informação do volume da produção a ser comercializado e da programação de embarque de óleo;
* Acompanhamento do estoque da União, por óleo e por plataforma;
* Indicação da faixa e volume de óleo de interesse de carregamento e quantidade de gás para comercializar;
* Definição do Programa de Carregamento pelo Operador;
* Comercialização do óleo pelo AC;
* Emissão dos documentos necessários ao embarque;
* Acompanhar as ações executadas pelo AC para o alívio e o carregamento do óleo em navio convencional (para o caso de exportação);
* Cálculo da Receita Advinda da Comercialização – RAC:
  + RAC = (Preço Venda – Tributos – Custos Inerentes da Comercialização) x Volume;
* Acompanhar o Faturamento realizado pelo AC para pagamento ao Tesouro Nacional;
* Emissão do Relatório Semestral de Desempenho do AC e Relatório Mensal de Atividades do Processo de Comercialização;

Em paralelo à comercialização, a Pré-Sal Petróleo executará as tarefas de Monitoramento, conforme previsto no Projeto Básico.

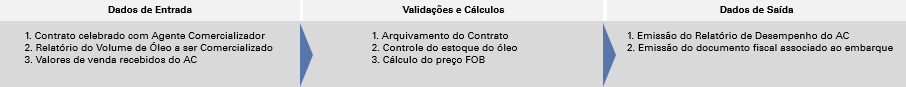
* 1. **Validações e Cálculos do SGPP**

No processo de Gestão dos Contratos de Comercialização, a Pré-Sal Petróleo contrata um Agente Comercializador e deve cadastrar o contrato no sistema, além de arquivar a cópia física do contrato. A Pré-Sal Petróleo deve monitorar e auditar as ações do AC, para isso o sistema deve ser capaz de gerar relatórios relativos ao monitoramento e à auditoria das operações de comercialização e de avaliação do AC, com informações como por exemplo, resultado das operações comerciais, alertas para o prazo do contrato e indicadores de performance, etc.

Os embarques são programados de acordo com as regras dos *Lifting* *Agreements* (LA) de cada FPSO. Caso não haja LA negociado, é adotado o que estiver descrito nos contratos ou o que for acordado entre os consorciados, para uso enquanto o LA não tem sua aprovação final.

Por ocasião do embarque de cada carga, a Pré-Sal Petróleo deve emitir via sistema o documento fiscal associado ao embarque. Outro dado a ser conferido são os preços de venda, custos e tributos, recebidos do AC.

Com todos esses dados a Pré-Sal Petróleo refaz o cálculo do preço FOB (que é de responsabilidade do AC) para verificar se está correto, aprova e orienta o AC a prosseguir com a transferência do Valor devido à União em conta apropriada.

Figura 2: Validações e Cálculos Processo

* 1. **Procedimento de Contratação do AC**

Está prevista a existência de petróleo da União, a ser comercializado, no segundo semestre do corrente ano de 2017 e, de acordo com os preceitos legais, a Pré-Sal Petróleo deve contratar um Agente Comercializador para tal atividade, art. 4°, inciso II, a, da Lei nº 12.304/2010.

O processo de Contratação do AC tem como insumos a Política de Comercialização publicada oficialmente pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) e as Iniciativas Estratégicas da Pré-Sal Petróleo referentes a Comercialização de Petróleo e Gás, além das demais legislações vigentes.

A Superintendência de Comercialização de Óleo e Gás Natural da Pré-Sal Petróleo inicia o processo de Contratação do AC através das seguintes atividades:

* + 1. **Definição de parâmetros dos contratos com os ACs – Atividade 1, ilustrada no Padrão de Processo (Anexo I)**

Antes da efetiva contratação dos ACs, os responsáveis na SCP definem os parâmetros que devem ser seguidos no (s) contrato (s) a serem firmados, como por exemplo:

* Definir o modelo de comercialização sob o ponto de vista comercial, contábil e tributário;
* Definir os critérios objetivos para a comercialização do petróleo tais como, petróleo de referência, modelo de precificação, período de formação de preço, modelo de controle dos custos logísticos, remuneração do AC, etc.;
* Definir o processo de monitoramento e auditoria, entre outros.

Todos os parâmetros definidos devem atender aos requisitos da Política de Comercialização vigente.

* + 1. **Contratação do AC – Atividades 2 a 14, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

A contratação do AC poderá ser feita por meio de Licitação ou com dispensa de Licitação (Contratação Direta), caso seja a Petrobras, conforme Lei nº 12.351 (Capítulo VI):

“Art. 45. Parágrafo Único. A Pré-Sal Petróleo, representando a União, poderá contratar diretamente a Petrobras, dispensada a licitação, como agente comercializador do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos referidos no caput. ”

Ambos os processos de contratação, citados acima, são regulados pela Lei nº 13.303 e seguem as etapas de:

1. Elaboração do Projeto Básico
2. Consulta ao mercado (Fornecedores potenciais)
3. Elaboração de Minuta do Contrato para Consulta Pública
4. Elaboração de Minuta de Edital
5. Parecer Jurídico para as Minutas de Contrato e Edital
6. Elaboração de PRD (Proposta de Resolução da Diretoria)
7. Aprovação da Diretoria Executiva (DE) e Conselho de Administração (CA)
8. Autorização para o Processo Licitatório

E apenas para o caso de Licitação (exceto Petrobras):

1. Publicação e anúncio de Pregão
2. Elaboração de Propostas e envio de Questionamentos
3. Realização da Primeira Sessão Pública de Pregão Eletrônico
4. Análise da Documentação recebida (Área Técnica)
5. Sessão Pública para solicitação de documentação em vias físicas originais
6. Análise da documentação original
7. Agendamento de Sessão Pública para divulgação do Resultado
8. Divulgação de Vencedor do Pregão e Intenção de Recursos
9. Apresentação de Recursos
10. Apresentação de Contra-razões
11. Decisão da PPSA sobre os Recursos
12. Elaboração de PRD (Proposta de Resolução de Diretoria)
13. Aprovação da DE e CA
    * 1. **Contratação efetiva do AC e assinatura do contrato – Atividades 15 à 18, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

Após o Processo de Licitação ou Contratação Direta da Petrobras, os responsáveis na SCP (ou a Comissão de Licitação) devem preparar uma Nota Técnica e, se necessário, uma PRD para que seja submetida à aprovação da DE, que levará ao CA, quando cabível.

Após a aprovação da DE e CA, a autorização para Contratação é formalizada e o contrato enviado para Assinatura.

Todos os documentos devem ser armazenados no SGPP.

* 1. **Procedimento de Gestão dos Contratos para Comercialização do Petróleo**

O processo de Gestão dos Contratos para Comercialização do Petróleo utiliza insumos e gatilhos, conforme segue:

Insumos:

1. Processo de Contratação do AC

O insumo representado por esse processo refere-se ao contrato (disponível no SGPP) com AC (s) para Comercialização do petróleo.

1. Processo de Cálculo do Excedente em Óleo da União (CACP)

O insumo representado por esse processo refere-se ao volume de óleo disponível para União por CPP e AIP, e formalizado pelo Relatório do Excedente em Óleo da União (para o caso de CPP) e pelo Relatório do Volume de Óleo da União (para o caso de AIP), disponibilizado no SGPP pela CACP e GE de AIPs.

1. Processo de EGV

O insumo representado por esse processo refere-se aos volumes (óleo e gás natural) transferidos pelo Operador e Parceiros à União (quando Credora) e a transferência da parcela de óleo e gás natural devida pela União ao Operador e Parceiros, volume comprometido (quando Devedora).

Gatilho:

* + 1. Dados carregados pelo Operador na Base de Dados de Entrada do SGPP referente ao Controle de Volume de Óleo dos Consorciados e Programação de Embarque por FPSO

Com posse desses insumos e gatilhos, o processo de Gestão dos Contratos para Comercialização se inicia da seguinte forma:

* + 1. **Upload de dados da produção pelo Operador – Atividades 1 e 2, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

A estimativa de produção de óleo para M-2, M-1 e M é carregada pelo Operador na Base de Dados de Entrada do SGPP para a Pré-Sal Petróleo em M-2. O sistema deverá efetuar validação automática dos dados seguindo as premissas a serem definidas pela Pré-Sal Petróleo, considerando:

* Verificar se todos os arquivos planejados (acordados anteriormente) inseridos no SGPP foram carregados e possuem informações (não são arquivos vazios); e
* Verificar se o conteúdo de todos os arquivos possui seus campos preenchidos no formato, unidade e precisão, conforme critérios acordados.

O *Lifting Agreement* define que haja o envio pelo Operador da produção prevista do óleo, bem como da produção diária realizada (Cronograma contendo os prazos das atividades referentes a esse procedimento detalhados no Anexo V deste documento) para cada FPSO.

A SCP deve verificar se o Operador disponibilizou tais informações e acioná-lo caso não disponibilize no prazo estipulado.

* + 1. **Recebimento e arquivo de informações pela Superintendência de Comercialização de Óleo e Gás – Atividades 3 e 4, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

Com posse dos dados da produção carregados no SGPP pelo Operador, o responsável pela comercialização na Pré-Sal Petróleo deve repassar a informação de estimativa de produção de óleo para o AC, além de monitorar o estoque de óleo informado.

* + - 1. **Controle de Documentos**

A SCP deverá realizar o controle do recebimento do conjunto de dados e documentos de acordo com a definição de:

* Controles (base mensal):
* Por campo/ petróleo
* Por FPSO
* Por embarque
* Documentação (verificar a exaustão dessa lista):
* Procedimento de Nomeação (Definição da Faixa de Carregamento)
* Nomeação do Navio de Transbordo Aliviador
* Nomeação do Navio de Transbordo Convencional
* Nomeação de Inspetor Independente
* Documentação de Embarque: NF Provisória e Definitiva; Emissão de BL; Certificado de Origem
* Acompanhamento pendências: *Demurrage* ou outras quaisquer
* Cálculo do preço (fórmula, câmbio)
* Depósito na conta única do Tesouro Nacional
* Monitoramento - informações trocadas (registros) no e-mail de comercialização@ppsa.gov.br
* Atas de reunião de monitoramento/ acompanhamento/ estratégia, para o Modelo de Venda Condicionada
  + 1. **Definição da faixa e volume de interesse de carregamento para o mês M – Atividades 5 a 7, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

O Agente Comercializador recebe do responsável pela comercialização na Pré-Sal Petróleo a informação da estimativa de produção do óleo de M-2, M-1 e M. Com isso, o AC deve indicar a faixa e volume de interesse de carregamento para o mês M à Superintendência de Comercialização de Óleo e Gás Natural. Essa informação deve ser repassada ao Operador (Cronograma contendo os prazos das atividades referentes a esse procedimento detalhados no Anexo V deste documento) que irá realizar a programação de embarque.

* + 1. **Programação de embarque para o mês M – Atividades 8 a 9.1, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

Com posse das informações de faixa e volume de carregamento, o Operador realiza a definição do Programa de Carregamento: programação de embarque para M e atualização de dados no controle do estoque de óleo. Por fim, envia essas informações para a Pré-Sal Petróleo atualizar em seu sistema.

* + 1. **Comercialização do Óleo – Atividade 10, ilustrada no Padrão de Processo (Anexo I)**

Após a definição da faixa de embarque e quantidades, o AC deve iniciar o processo de comercialização do óleo, sob monitoramento da Pré-Sal Petróleo, que tem como resultado as informações de Custos e Condições de Venda, informações que devem ser armazenadas no SGPP.

Em seguida, o AC destinará a carga para o cliente final (mercado externo ou mercado doméstico), podendo utilizar uma interposta pessoa entre o AC e o Cliente Final. O AC poderá também refinar o óleo em seu próprio sistema. As cargas serão vendidas pelo AC preferencialmente combinadas com o óleo de sua propriedade naquele campo.

A estratégia de comercialização levará em conta:

* Estimativa do valor do petróleo da União;
* Os fundamentos do mercado que justificam o valor;
* Análise do mercado de frete;
* Outros petróleos concorrentes em oferta no mercado;
* Outros elementos que justifiquem a proposição.
  + 1. **Nomeação do navio – Atividade 11, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

Após identificar e escolher o navio no mercado, o AC realiza a nomeação do navio e submete à aprovação do Operador de acordo com o *Lifting Agreement* e suas condições de *vetting*.

* + 1. **Embarque do Óleo – Atividades 12 a 15, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

A etapa de embarque do óleo considera que o óleo seja exportado ou não, as duas situações estão detalhadas conforme segue:

1. Exportação: O AC emite todos os documentos e certificados necessários à exportação, como por exemplo: *Bill of Lading* e Certificado de Origem*.* A Pré-Sal Petróleo emite o documento fiscal.
2. Nacional: O AC emite os documentos necessários, à exceção da nota fiscal, que é emitida pela Pré-Sal Petróleo.

Para ambos os casos, a venda é FOB FPSO e o AC providencia a nomeação do navio para alívio da FPSO e, quando for o caso, é realizado o transbordo para navio convencional para transporte do óleo.

As regras para a disponibilização da produção devem estar em conformidade com o *Lifting Agreement* de cada FPSO.

* + 1. **Receita Advinda da Comercialização - RAC – Atividades 16 a 19, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

O AC fica responsável por realizar o cálculo final do preço FOB e prover à Pré-Sal Petróleo todos os documentos e evidências necessários ao cálculo do preço, que por sua vez verifica e refaz o cálculo final do preço FOB e aprova. Caso a Pré-Sal Petróleo não concorde, ela deve solicitar a revisão do cálculo final do preço FOB ao AC (vide detalhamento em Definições). Caso a Pré-Sal Petróleo concorde, ela informa o preço final ao GCCF, que irá orientar o AC para a realização do depósito na conta única do tesouro nacional.

Porém, vale ressaltar que sempre que o AC efetuar a venda ao cliente final através de uma empresa pertencente ao seu grupo econômico, o preço a ser recolhido à Conta Única do Tesouro Nacional não será inferior ao preço mínimo do petróleo estabelecido pela ANP para fins de cálculo das participações governamentais, ou outra referência que vier a sucedê-lo.

* + 1. **Emissão do Documento Fiscal – Atividades 20, 22 e 23, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

Ao realizar a emissão do documento fiscal, a GCCF orienta o AC a depositar diretamente à Conta Única do Tesouro Nacional. O AC realiza o pagamento na conta única do Tesouro Nacional e a GCCF deve se certificar que a receita foi efetivamente recolhida. É dever da Pré-Sal Petróleo se certificar de que a receita advinda da comercialização (RAC) foi devidamente depositada na Conta Única do Tesouro Nacional.

Caso o AC não faça o repasse do valor devido no prazo estipulado, o mesmo está sujeito à multa por atraso do depósito na Conta Única do Tesouro Nacional: taxa de juros SELIC (sistema especial de liquidação e de custódia) acrescido de 1% de multa pró-rata dia, do valor da GRU.

* + 1. **Remuneração do AC**

A propriedade do óleo será transferida ao AC no flange de entrada do navio aliviador, ou seja, na modalidade FOB FPSO, nas condições contratuais. O AC fará jus à remuneração das atividades efetivamente realizadas com base no valor por barril de petróleo comercializado definido no CPP.

* Estão incluídos na remuneração do AC:
* Valor cobrado pelos serviços de pesquisa de mercado, venda e comercialização do óleo da União;
* Todos os custos referentes a:
  + Comercialização (exceto custos logísticos);
  + Eventuais ‘*claims’* (relativos a perdas, qualidade, quantidade, sobrestadia ou outros) (sub júdice);
* Riscos e custos previstos no LA de cada FPSO (sob júdice).

A Pré-Sal Petróleo efetuará a transferência de propriedade ao AC pelo valor FOB FPSO do carregamento, calculado conforme o item anterior deste documento. O valor para a emissão do documento fiscal pela Pré-Sal Petróleo ao AC será calculado a partir das metodologias do referido item.

Os custos logísticos não fazem parte da remuneração do AC, mas devem ser considerados no cálculo da RAC.

* + 1. ***Claims* – Atividade 21, ilustrada no Padrão de Processo (Anexo I)**

A tratativa dos *claims* será de responsabilidade do AC, tendo a Superintendência de Comercialização de Óleo e Gás Natural o papel de monitoramento. O AC realiza a análise dos *claims* junto ao Operador e deve enviar para a Pré-Sal Petróleo os documentos comprobatórios do processo de tratativa dos *claims*.

Os tipos de *claims* que podem ocorrer são referentes a:

* Qualidade;
* Quantidade;
* Sobrestadia (*demurrage*).

(Todos os tipos de *claim* estão previstos no *Lifting Agreement*)

* + 1. **Relatórios e Publicações – Atividades 24, 25 e 29, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

A Superintendência de Comercialização de Óleo e Gás Natural deve dar publicidade, semestralmente, o relatório de avaliação do desempenho do AC, conforme definido na Política de Comercialização. A avaliação terá por objetivo uma análise crítica do processo de comercialização, tendo em vista a melhoria contínua do mesmo, podendo gerar recomendações para aperfeiçoamento. O AC terá acesso a todo relatório de desempenho do AC e terá 10 dias, a partir da sua disponibilização pela Pré-Sal Petróleo, para apresentar seus comentários.

O relatório a ser publicado conterá, entre outras informações, o preço médio ponderado obtido no período de seis meses, cotejando-o com o preço mínimo para o petróleo publicado pela ANP, com as explicações para as diferenças.

Além disso, mensalmente o Relatório de Prestação de Contas ao MME deve ser emitido, e também o Relatório com atualização do Óleo Total Comercializado, provenientes dos CPPs e AIPs.

* + 1. **Monitoramento – Atividades 26 e 27, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

O monitoramento das atividades de comercialização pela Pré-Sal Petróleo será feito através do acompanhamento das ações adotadas pelo AC no processo de comercialização do petróleo da União a partir de contatos periódicos (frequência a ser definida).

Para fins de avaliação das atividades do AC, o monitoramento se dará, sempre que possível, com observação de referências paramétricas de mercado. Estas referências serão usadas para avaliação das atividades prestadas pelo AC, mas não para cálculo do preço de transferência da União ao AC.

As referências paramétricas serão negociadas com o AC, como por exemplo:

* Alívio;
* Transbordo;
* Frete de longo curso;
* Perdas: Será adotado o valor máximo admissível de 0,3% do volume da carga registrado no BL;
* Seguro: Será adotado o valor de 0,05% do preço da carga.

Não obstante às fórmulas paramétricas, as informações reais serão disponibilizadas pelo AC para que a Pré-Sal Petróleo possa verificar os custos e preços. Todas as informações serão disponibilizadas através de meio eletrônico, protegido e possível de ser rastreado, devendo ser usado o seguinte endereço eletrônico: ‘comercializacao@ppsa.gov.br’.

* + 1. **Auditoria – Atividades 28 e 30, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

A Superintendência de Comercialização de Óleo e Gás Natural deve sinalizar pontos no processo para auditoria pela área de Assessoria Especial de Fiscalização, que pode realizá-la diretamente ou via preposto contratado. A Pré-Sal Petróleo realizará auditoria nas operações, nos custos e nos preços de venda do petróleo, conforme previsto na Lei nº 12.304/2010 e Decreto nº 8.063/2013.

* 1. **Monitoramento do Processo**
     1. **Monitoramento Gerencial (Indicadores de Performance do Processo):**

O Processo de Gestão dos Contratos para Comercialização deve ser suportado por Indicadores de Performance do Processo, conforme detalhamento no Anexo III. O Modelo de Governança dos Processos prevê a sistematização desses indicadores com a realização do Ciclo Trimestral de Acompanhamento dos Indicadores que envolve os Comitês Diretivo, Executivo e de Especialistas com as seguintes atividades:

a) Analista responsável pela gestão dos indicadores na Superintendência de Comercialização de Óleo e Gás deve gerar os indicadores e enviá-los via e-mail para análise do Comitê Executivo e do Comitê de Especialistas;

b) Comitê Executivo e Comitê de Especialistas devem avaliar os indicadores gerados para cada processo em reunião e aprovar o envio ao Comitê Diretivo; e

c) Comitê Diretivo e Comitê Executivo devem avaliar os resultados em reunião e elaborar plano de ação para os desvios apresentados. Arquivar resultados no SGPP ao final desse ciclo periódico.

Os indicadores (detalhados no Anexo III deste documento) previstos para o processo de Gestão dos Contratos para Comercialização são:

* Variação entre o orçado para a União e o realizado
* Variação do volume de óleo e gás da União previsto para embarque e o efetivo comercializado
* Assertividade do repasse de pagamento ao Fundo Social no prazo
* Variações de preço FOB em relação ao preço referência paramétrica
* Variação dos custos de comercialização em relação às referências paramétricas.
  + 1. **Monitoramento Técnico:**

O Processo de Gestão dos Contratos para Comercialização prevê o monitoramento técnico em complemento ao monitoramento gerencial para suportar a Superintendência de Comercialização da Pré-Sal Petróleo no acompanhamento e controle dos contratos com o(s) AC(s).

O monitoramento das atividades de comercialização pela Pré-Sal Petróleo será feito através do acompanhamento das ações adotadas pelo AC no processo de comercialização do petróleo da União.

Todas as informações serão disponibilizadas através de meio eletrônico, protegido e possível de ser rastreado, devendo ser usado o seguinte endereço eletrônico: ‘comercializacao@ppsa.gov.br’.

* Farão parte do monitoramento:
* A programação dos carregamentos;
* Os contatos realizados pelo AC;
* Os preços dos petróleos concorrentes;
* As indicações de preço recebidas;
* As condições de fechamento do negócio;
* A contratação do frete de longo curso;
* Indicação e acompanhamento do mercado de frete que levaram ao preço do frete;
* Outras ações que impactem nos custos e preços.
  1. **Prazos**
* Política de Comercialização: tem prazo definido de 36 meses a partir de 24 de janeiro de 2017.
* Os prazos de execução e vigência do Contrato se iniciarão na data de sua assinatura e vigorarão até sua data final.
* A data da assinatura do Contrato está prevista para até 30 dias antes do início da comercialização.
* Envio da estimativa de direitos óleo pelo Operador: o envio dos dados de produção deve ser realizado com uma antecedência de 02 meses, sendo necessário enviar sempre a estimativa para M, M-1 e M-2 (detalhamento do cronograma vide Anexo V).
* Receita advinda da comercialização das cargas que se destinem à exportação deverá ser depositada pelo AC diretamente à Conta Única do Tesouro Nacional, 30 dias após o BL (data do BL excluída).
* Receita advinda da comercialização das cargas que se destinem ao mercado doméstico deverá ser depositada pelo AC diretamente à Conta Única do Tesouro Nacional até o décimo dia do mês subsequente ao do carregamento.
* O AC deve efetuar, na data do vencimento, transferência da receita da União, através de – Guia de Recolhimento da União – GRU - à Conta Única do Tesouro Nacional e apresentar à Pré-Sal Petróleo os comprovantes de recolhimento, até dois dias após os mesmos.
* O AC deve apresentar toda a documentação suporte (como por exemplo, contrato de venda ao cliente final, charter party ou comprovação do valor do frete, oferta de outros compradores) até dez dias antes da data da emissão do documento fiscal, pela Pré-Sal Petróleo, referente ao carregamento.
* O AC deve fornecer toda a documentação suporte para que seja emitida nota fiscal complementar, até 3 dias úteis após a formação do valor final, no caso de o valor final ser conhecido após repasse do AC à Conta Única do Tesouro Nacional.
* A Pré-Sal Petróleo deve atestar, em 5 dias úteis do recebimento da documentação suporte, todos os custos incorridos efetuando a sua validação em conformidade com as melhores práticas internacionais.
* A data da assinatura do Contrato está prevista para até 30 dias antes do início da comercialização, prevista para setembro de 2017.

1. **Índice de Revisões**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ÍNDICE DE REVISÕES | | | | | | | | | | |
| REV. | DESCRIÇÃO | | | | | | | | | |
| 0 | Original | | | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | | |
|  | | ORIGINAL | REV. 1 | REV. 2 | REV. 3 | REV. 4 | REV. 5 | REV.61 | REV. 7 | REV. 8 |
| DATA | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| ELABORADO POR: | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| REVISADO POR: | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| APROVADO POR: | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

1. **Anexos**
   1. **Anexo I - Padrão de Processo**



Figura 3: Macrofluxograma de Contratação do AC

Figura 4: Macrofluxograma de Gestão dos Contratos para Comercialização

* 1. **Anexo II - Matriz de Papéis e Responsabilidades**



Figura 5: Matriz de Papéis e Responsabilidades do Processo de Contratação do AC



Figura 6: Matriz de Papéis e Responsabilidades do Processo de Gestão dos Contratos para Comercialização

* 1. **Anexo III - Indicadores de Performance do Processo**

Figura 7: Indicadores de Performance do Processo

* 1. **Anexo IV - Mapa de Interface dos Processos**

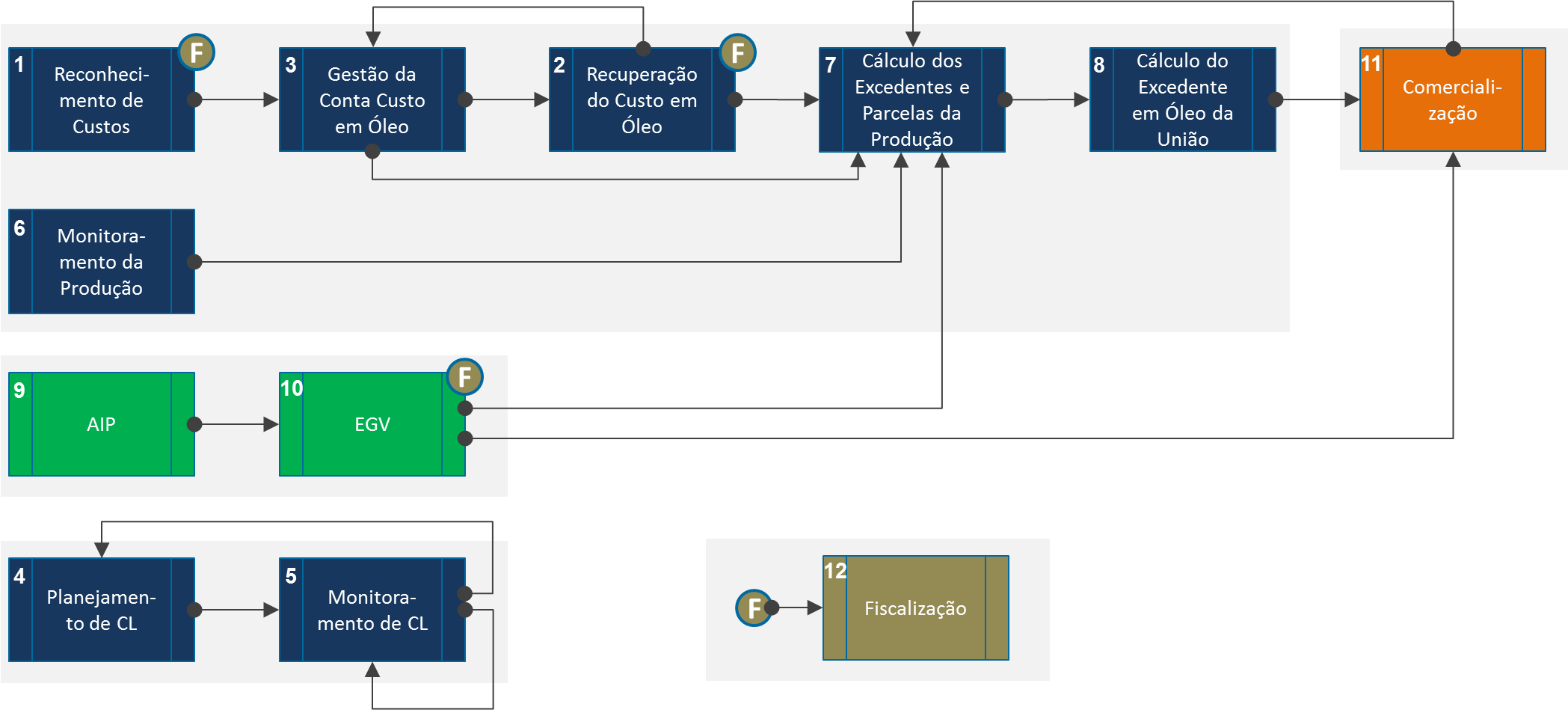


Figura 8: Mapa de Interface dos Processos

* 1. **Anexo V - Cronograma Base de Comercialização**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Evento** | **Responsável** | **Prazo** |
| Programação de embarque | Pré-Sal Petróleo + AC (\*) | M-2 |
| Comercialização | AC | M-2 |
| Carregamento | AC | M |
| Transferência de propriedade e posse | Pré-Sal Petróleo | Data do carregamento |
| Aceite da remuneração, dos custos e tributos incidentes sobre petróleo da União | Pré-Sal Petróleo | M + 1 |
| Depósito na Conta Única do Tesouro Nacional | AC | M + 1 |

Em que:

M = mês de carregamento

(\*) A atuação do AC na programação será de sugestão, caso não tenha acesso direto ao LA, ou de programação direta junto ao Operador, caso a Pré-Sal Petróleo obtenha o referido acesso.